

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

***RELATÓRIOS DOS AUDITORES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, RJ, 15 de março de 2023.

FSA NETWORK Auditores e Consultores
CRC-RJ-003004/O-2

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	Nº N.E.	2022	2021	PASSIVO	Nº N.E.	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.237.121	1.009.543	Obrigações governamentais	7	277.271	384.416
Adiantamentos	4	746.748	833.331	Contas a pagar	8	445.790	359.446
Outros créditos		67.622	190.190	Obrigações fiscais e trabalhistas	9	684.176	508.984
		3.051.491	2.033.064			1.407.237	1.252.846
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		81.136	81.136	Obrigações governamentais	7	577.664	577.638
Ativos especiais	5	231.763	231.763	Fundo especial	5	231.763	231.763
Imobilizado	6	926.222	1.032.435	Parcelamento de impostos		-	92.144
		1.239.121	1.345.334			809.427	901.545
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
				Patrimônio social		1.878.205	1.878.205
				Resultados acumulados		195.743	(654.198)
						2.073.948	1.224.007
TOTAL DO ATIVO		4.290.612	3.378.398	TOTAL DO PASSIVO		4.290.612	3.378.398

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, centavos omitidos)

	Nº N.E.	2022	2021
RECEITAS			
Receitas de recursos públicos			
Receitas da Lei Agnelo/Piva	7	10.661.515	7.743.425
		10.661.515	7.743.425
Receitas de recursos próprios			
Receitas com anuidades de federações		13.500	16.200
Receita com eventos e torneios	12	1.261.322	605.360
Outras receitas operacionais	13	1.633.476	696.855
		2.908.298	1.318.415
DESPESAS			
Gastos com recursos públicos			
Gastos da Lei Agnelo/Piva		(10.661.515)	(7.743.425)
		(10.661.515)	(7.743.425)
Gastos com recursos próprios			
Despesas gerais	14	(1.954.155)	(1.147.160)
Despesas tributárias		(79.225)	(26.789)
Resultado financeiro líquido		(24.977)	(28.465)
		(2.058.357)	(1.202.414)
Resultado do exercício		849.941	116.001

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.878.205	(770.199)	1.108.006
Déficit do exercício	-	116.001	116.001
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.878.205	(654.198)	1.224.007
Superávit do exercício	-	849.941	849.941
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.878.205	195.743	2.073.948

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	849.941	116.001
Ajustes		
Depreciação	219.782	218.645
	1.069.723	334.646
Variação do ativo/passivo circulante		
Adiantamentos	86.583	208.892
Outros créditos	122.568	257.895
Obrigações governamentais	(107.119)	(427.337)
Contas a pagar	86.344	23.947
Obrigações fiscais e trabalhistas	175.192	(73.554)
Parcelamentos de impostos	(92.144)	(32.251)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.341.147	292.238
Atividades de investimentos		
Imobilizado	(113.569)	(169.234)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(113.569)	(169.234)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.227.578	123.004
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.009.543	886.539
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.237.121	1.009.543
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.227.578	123.004

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, designada pela sigla CBTM, filiada à Federação Internacional de Tênis de Mesa, designada pela sigla ITTF, à União Latino Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla ULTM, à Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, designada pela sigla CSATM, ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 30 de maio de 1979.

A CBTM, dentro da sua finalidade desportiva, possui os seguintes principais objetivos:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do tênis de mesa em todos os níveis e manifestações sociais, inclusive os estudantis praticados por alunos das escolas primárias e secundárias;
- b) Representar o tênis de mesa brasileiro junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) Representar o tênis de mesa brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da União Latino-Americana de Tênis de Mesa, Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa, da respectiva Federação Internacional de Tênis de Mesa e outras entidades vinculadas, com poderes para celebrar acordos, convenções, convênios e tratados, assim como orientar, coordenar, condicionar e fiscalizar as atividades de âmbito do sistema internacional das suas afiliadas, observando as competências do COB e CPB;
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais e de competições internacionais no território brasileiro;
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos internacionais e olímpicos, e demais atos normativos editados por poderes e órgãos de hierarquia superiores;
- f) Regulamentar as inscrições dos praticantes do tênis de mesa na CBTM e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;

- g) Promover e fomentar a prática do tênis de mesa de alto nível, estudantil, universitário, em empresas públicas e privadas, Forças Armadas e Auxiliares e portadores de deficiências físicas e intelectuais;
- h) Promover o funcionamento de cursos técnicos de aprendizagem e aprimoramento do tênis de mesa;
- i) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige;
- j) Expedir às filiais estaduais, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de tênis de mesa que promoveram ou participaram;
- k) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas dispendo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- l) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas filiadas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional;
- m) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;
- n) Praticar no exercício da direção nacional do tênis de mesa, todos os atos necessários à realização de seus fins;
- o) Desenvolver programas de inserção social em comunidades carentes, por meio de concessão de bolsas de estudos e incentivo a saúde e educação, enquanto princípio fundamental da atividade desportiva;
- p) Fomentar a prática desportiva, não só o tênis de mesa como outras atividades desportivas, divulgando e incentivando o desporto educacional, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- q) Filiar-se ou desfiliar-se a instituições nacionais e interestaduais, após aprovação do Comitê Executivo;
- r) Manter e incrementar as relações amistosas e desportivas entre suas filiadas, incentivando o intercâmbio entre elas;

- s) Aprovar as suas filiadas ou qualquer pessoa física ou jurídica do quadro das suas filiadas, como a permissão destas, a promover cursos, simpósios, estágios, ou de outras atividades de natureza teórica ou prática, em torno da modalidade de tênis de mesa, no território nacional;
- t) Organizar ou autorizar os calendários anuais de eventos nacionais e internacionais oficiais das manifestações da modalidade de tênis de mesa.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Através das demonstrações contábeis do exercício de 2022, o índice de liquidez corrente apurado foi de 2,17 (1,62 no exercício de 2021), que é a capacidade de pagamento da Entidade das suas obrigações de curto prazo, considerando seus recursos de igual prazo.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

d. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

g. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	331.027	100.056
Aplicações financeiras	1.906.094	909.487
Total	<u>2.237.121</u>	<u>1.009.543</u>

Os saldos de contas correntes e aplicações financeiras são assim demonstrados por recursos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Recursos próprios – Bancos	<u>53.158</u>	<u>4.551</u>
Comitê Olímpico do Brasil	277.869	93.515
Comitê Paralímpico Brasileiro	-	50
Ministério do Esporte	-	1.940
Recursos públicos – Bancos	<u>277.869</u>	<u>95.505</u>
Total dos bancos conta movimento	<u>331.027</u>	<u>100.056</u>

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Recursos próprios – Aplicações financeiras	<u>1.818.282</u>	<u>609.671</u>
Comitê Olímpico do Brasil	87.463	96.649
Comitê Paralímpico Brasileiro	-	189.028
Ministério do Esporte	246	14.044
Lei de Incentivo ao Esporte	103	95
Recursos públicos – aplicações financeiras	<u>87.812</u>	<u>299.816</u>
Total das aplicações financeiras	<u>1.906.094</u>	<u>909.487</u>

4. Adiantamentos

Os saldos de adiantamentos representam gastos realizados com recursos públicos que serão ressarcidos ou devolvidos no exercício seguinte. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Comitê Olímpico do Brasil	257.696	378.587
CPB	145.030	110.722
Ministério do Esporte	344.022	344.022
Total	<u>746.748</u>	<u>833.331</u>

5. Ativos especiais

Os ativos especiais estão representados por aquisições de bens com recursos públicos e estão demonstrados em contrapartida dos fundos especiais no passivo não circulante, com o mesmo saldo. São transferidos para o imobilizado da Entidade quando doados pelas entidades públicas. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Computadores e periféricos – COB	1.553	1.553
Máquinas e computadores – Comitê Olímpico do Brasil	1.553	1.553
Móveis e utensílios – Comitê Paralímpico Brasileiro	22.658	22.658
Máquinas e equipamentos – me	6.965	6.965
Computadores e periféricos – me	5.387	5.387
Materiais esportivos – me	149.042	149.042
Móveis e utensílios – me	3.598	3.598
Total de bens – Ministério do Esporte	164.992	164.992
Materiais esportivos – Lei de Incentivo ao Esporte	42.560	42.560
Total	<u>231.763</u>	<u>231.763</u>

6. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	2022			2021	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Imóveis	-	20.364	-	20.364	20.364
Móveis e utensílios	10%	146.140	(110.689)	35.451	37.664
Máquinas e equipamentos	10%	374.114	(268.066)	106.048	72.087
Computadores e periféricos	20%	561.194	(478.038)	83.156	51.723
Instalações	10%	9.384	(7.564)	1.820	2.758
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	93.030	(64.609)	28.421	32.143
Software	20%	18.527	(18.527)	-	491
Material esportivo	10%	1.809.609	(1.158.647)	650.962	815.205
		3.032.362	(2.106.140)	926.222	1.032.435

7. Obrigações governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		2022	2021
Comitê Olímpico do Brasil – COB	(i)	271.238	312.596
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB		6.034	71.820
Ministério do Esporte	(ii)	472.620	472.602
Projeto Lei de Incentivo ao Esporte		105.043	105.036
		854.935	962.054
Circulante		277.271	384.416
Não circulante		577.664	577.638

- (i) Durante o exercício de 2022, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 10.661.515 (R\$ 7.743.425 em 2021), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$ 271.238 (R\$ 312.596 em 2021), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados, ou devolvido ao COB no exercício subsequente.

- (ii) Durante o exercício de 2022, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa manteve o convênio com o Ministério do Esporte, que foi firmado em 2012. Não ocorreram novas receitas recebidas em 2022 e 2021 para aplicação nos objetos findos de cada contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$ 472.620 (R\$ 472.602 em 2021), será devolvido ao Ministério do Esporte ou aplicado em projetos nos exercícios seguintes.

Convênio - ME 776456:

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.520.846. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.136.306, totalizando R\$ 2.613.153, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 776484:

Em 17 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 2.414.016. O presente contrato vigorou até 30 de dezembro de 2014.

Em 30 de agosto de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de outubro de 2016, e destinação adicional de R\$ 2.240.431, totalizando R\$ 4.654.447, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 777876

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação de atletas olímpicos de tênis de mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.821.269. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de setembro de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.232.400, totalizando R\$ 3.053.669, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.



Convênio - ME 778138

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais e treinamentos de alto rendimento da seleção brasileira de tênis de mesa visando à classificação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 3.553.047. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado por, no mínimo, 60 dias úteis.

Em 30 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.261.827, totalizando R\$ 4.814.874, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

8. Contas a pagar

Estão assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços a pagar	423.998	328.433
Utilidades públicas	21.792	17.191
Acordos a pagar	-	13.822
	<u>445.790</u>	<u>359.446</u>

9. Obrigações fiscais e trabalhistas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS sobre folha de pagamento	2.668	2.084
IRRF	60.928	37.686
Impostos retidos na fonte	667	642
ISS a recolher	-	868
COFINS sobre receita financeira	805	2.859
	<u>65.068</u>	<u>44.139</u>
Salários a pagar	141.806	109.995
Férias e encargos a pagar	328.468	268.844
Obrigações previdenciárias	148.834	86.006
	<u>619.108</u>	<u>464.845</u>
Total	<u><u>684.176</u></u>	<u><u>508.984</u></u>

10. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade e pelas doações de bens recebidas.

11. Provisão para contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Entidade possui riscos de perdas classificados como possíveis, que totalizam R\$ 14.195.232, (R\$ 12.625.835 em 2020), referentes a processos tributários e cíveis. Com base na avaliação de seus assessores legais e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não há a necessidade de provisão para essas contingências.

12. Receitas com eventos e torneios

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas com eventos	68.436	10.906
Receitas com torneios e competições	1.192.886	594.454
	<u>1.261.322</u>	<u>605.360</u>

13. Outras receitas operacionais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Taxas e inscrições de associados	738.648	415.305
Doações	96.329	315.812
Resultado de ganho no imobilizado – COB	-	33.100
Outras despesas operacionais líquidas.	(252.330)	(67.362)
COB	962.358	-
Direitos autorais	88.471	-
	<u>1.633.476</u>	<u>696.855</u>

14. Despesas gerais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com pessoal	70.152	249.579
Despesas com utilidades e serviços	584.016	225.844
Despesas gerais	780.919	380.912
Depreciação	219.782	218.645
Despesas com férias e encargos	-	72.180
Despesas com eventos	299.286	-
	<u>1.954.155</u>	<u>1.147.160</u>



15. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo, furto, para o imóvel, maquinários, equipamentos, instrumentos, mobiliário, utensílios e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

* * *